



Direito Municipal em debate, volume 4, é resultado da seleção dos melhores artigos apresentados pelos procuradores municipais durante o concurso de artigos realizado durante o XIV Congresso Brasileiro de Procuradores Municipais. Na quinta edição do Congresso (2008), lançamos o volume 1 e, na décima primeira (2014), o volume 2. Já no décimo terceiro ano do Congresso Brasileiro, foi lançado o volume 3. Este quarto volume traz temas que traduzem o dia a dia das procuradorias municipais, com enfoque prático dos casos cotidianamente enfrentados pelos procuradores nas suas diversas áreas de atuação, como forma de divulgar e compartilhar experiências positivas dos associados da ANPM.

Eduardo de Souza Floriano
Coordenador

Prefácio
Cristiano Reis Giuliani

DIREITO MUNICIPAL EM DEBATE

Volume 4

Área específica

DIREITO MUNICIPAL

Áreas afins

DIREITO PÚBLICO, DIREITO
ADMINISTRATIVO, DIREITO
CONSTITUCIONAL.

Público-alvo/consumidores

PROCURADORES MUNICIPAIS,
ADVOGADOS, GESTORES PÚBLICOS,
ESTUDANTES, MAGISTRADOS
E PROMOTORES.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001533

D598 Direito Municipal em debate / Eduardo de Souza Floriano (Coord.)– Belo Horizonte: Fórum, 2019.

240p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0603-9

1. Direito Municipal. 2. Direito Público. 3. Direito Administrativo. 4. Direito Constitucional. I. Floriano, Eduardo de Souza II. Título.

CDD 342.06

CDU 342

Eduardo de Souza Floriano é Procurador Efetivo do Município de Juiz de Fora/MG, Secretário-Geral (Gestão 2016/2018) e Diretor de Eventos Científicos (Gestão 2018/2020) da Associação Nacional de Procuradores Municipais – ANPM. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2003). Pós-Graduado em Direito Público (2005) pelo Centro Universitário Newton Paiva, em Direito Social (2007) pelo Centro Universitário Newton Paiva e em Direito do Consumidor (2015) pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor de Direito do Consumidor na Escola Estadual de Defesa do Consumidor (EEDC/MPMG) e em cursos preparatórios para concursos.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Cristiano Reis Giuliani	15
ADVOCACIA PÚBLICA DE ESTADO: A NECESSÁRIA SIMETRIA PARA A EFETIVIDADE DA INSTITUIÇÃO	
Thiago Queiroz Carneiro	19
1 Introdução.....	19
2 Do exercício efetivo da Advocacia Pública	20
2.1 Obrigatoriedade de aplicação da norma do artigo 132 da Constituição Federal às procuradorias municipais em virtude do princípio da simetria	21
2.2 Premissas necessárias para a nomeação de membros efetivos para os cargos comissionados das procuradorias municipais	24
2.3 Do silêncio eloquente do artigo 132, <i>caput</i> , da Constituição da República Federativa do Brasil.....	27
3 Debate fundado nos julgamentos do Supremo Tribunal Federal.....	29
3.1 Da democracia da discricionariedade regrada ou autonomia relativa do governador e do prefeito	31
3.2 Da transitoriedade da norma do artigo 235, VIII, da Constituição Federal	36
3.3 Da coercibilidade dos princípios como normas jurídicas.....	39
4 Conclusão	42
Referências	43
ÉTICA E ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL	
Rodrigo Henriques de Araújo	45
1 Introdução.....	45
2 Ética no exercício da advocacia pública	46
3 Desrespeito ético em face do procurador municipal.....	51
4 Considerações finais.....	59
Referências	61
O DIREITO FUNDAMENTAL À INFORMAÇÃO: IDEIAS PREAMBULARES ACERCA DO SEU PAPEL COMO PARADIGMA HERMENÊUTICO NA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA EXTRAJUDICIAL	
Igor Silva de Menezes	63
1 Introdução.....	63
2 Um panorama sinóptico da juridicidade do acesso à informação na administração pública brasileira	64
3 Brevíssimas incursões acerca da cultura do sigilo persistente no plano municipal: uma análise ilustrativo- pragmática	67
4 Dos atrasos reiterados às verbas de natureza alimentar dos servidores e a sonegação do direito fundamental à informação	69
5 Da aplicação hermenêutica do direito fundamental à informação no plano decisório: do aperfeiçoamento da jurisdição administrativa municipal.....	72
6 Dos obstáculos ao direito de petição e ao acesso a processos administrativos: aplicação hermenêutica do direito fundamental à informação no plano normativo.....	79
7 Conclusão	82
Referências	85

MULTAS TRIBUTÁRIAS PUNITIVAS E O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO CONFISCO

João Gabriel Lima Costa, Liliane Martins Breyner	89
1 Introdução.....	89
2 Princípio da vedação ao Confisco	90
3 As multas punitivas como obrigações acessórias	92
4 A inaplicabilidade do Confisco nas multas punitivas.....	93
5 Considerações finais.....	97
Referências	98

LIMITAÇÕES AO CONTROLE JURISDICIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE SOB O PRISMA DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Edelman Medeiros Barbosa Santos, Luana Soido Teixeira e Silva	99
1 Introdução.....	99
2 Direito fundamental à saúde	100
2.1 Direito à saúde como direito fundamental social	100
2.2 O direito à saúde na Constituição Federal de 1988	103
3 Políticas públicas de saúde.....	108
4 Controle judicial sobre as políticas públicas de saúde – a inafastabilidade da jurisdição.....	111
5 Limitações ao controle jurisdicional sobre as políticas públicas de saúde	115
5.1 Judicialização excessiva e a “metodologia <i>fuzzy</i> ”	115
5.2 A vinculação orçamentária como refreamento do controle jurisdicional sobre as políticas públicas de saúde – a reserva do possível	120
6 Considerações finais	129
Referências	130

AGENDA URBANA E AMBIENTAL, CONFLITOS E CONVERGÊNCIAS NA BUSCA DA PRESERVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA

Edson Quirino dos Santos	137
1 Desenvolvimento	137
2 Conclusões.....	142
Referências	143

A LEI Nº 13.019/2014 E OS MUNICÍPIOS: A NECESSÁRIA INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO DOS ARTIGOS 84 E 84-A E A POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE CONVÊNIOS PACTUADOS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI PARA OS MUNICÍPIOS

Thiago Viola Pereira da Silva	145
1 Introdução.....	145
2 O alcance da Lei nº 13.019/2014 (MJOSC)	147
2.1 Da natureza jurídica dos ajustes previstos na Lei nº 13.019/2014	147
2.2 O alcance do Marco Jurídico das Organizações da Sociedade Civil (MJOSC) e a necessária interpretação dos artigos 84 e 84-A conforme a Constituição	149
2.3 Proposta de abordagem teórica da matéria	156
3 Prorrogação dos convênios pactuados antes da vigência da Lei nº 13.019/2014 para os municípios	159
4 Conclusão	164
Referências	166

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS:
REFLEXÕES SOBRE A DIGNIDADE HUMANA
FRENTE AOS NOVOS CONTORNOS DA
TEMÁTICA AMBIENTAL

Dênis Silvano Domingues	169
1 Introdução.....	169
2 Princípios fundamentais do direito	170
3 Sobre políticas públicas	172
4 Amplitude da legislação ambiental	173
4.1 O Estado como sujeito degradador e controlador da degradação.....	175
5 A (in)eficácia das políticas públicas na área ambiental	177
6 Conclusão	179
Referências	180

LICITAÇÃO: UMA ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE
NA MODALIDADE CONVITE

Edelman Medeiros Barbosa Santos, Emerson Borges Magalhães Porto	183
1 Introdução	183
2 Princípio da competitividade	184
3 Modalidade convite e as restrições à sua competitividade	186
4 Mitigação da competitividade no convite	190
5 Consequências positivas e negativas na modalidade convite	191
6 Conclusão	193
Referências	194

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA COMO
INSTRUMENTO DE CONTROLE DA GESTÃO
DOS RECURSOS DESTINADOS À IMPLEMENTAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Edson Quirino dos Santos	197
1 Introdução.....	197
2 Objetivos	197
3 Desenvolvimento do tema proposto.....	197
4 Considerações finais.....	200
Referências	202

A IMPOSSIBILIDADE DE ESTIPULAÇÃO DE
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA
EM CAUSAS PATROCINADAS PELA
DEFENSORIA PÚBLICA

Eduardo de Souza Floriano	203
1 Questão antecedente – obrigatoriedade de registro de defensor público nos quadros da OAB – ADIN nº 4.636.....	203
2 Da natureza dos honorários advocatícios sucumbenciais	206
3 Dos requisitos para a estipulação dos honorários advocatícios de sucumbência.....	208
4 Da impossibilidade de estipulação de honorários advocatícios sucumbenciais para a Defensoria Pública.....	210
5 Conclusão	215
Referências	218

PARECER N° 002/2017

Igor Silva de Menezes	219
1 Sucinta análise dos documentos que instruem a presente manifestação.....	220
2 Da suposta caracterização de ato de improbidade administrativa	221
3 Brevíssimas considerações acerca da distinção entre laicidade de laicismo estatal.....	223

4	Da juridicidade de manutenção de monumento religioso em espaço público	226
6	Conclusão	229

URBANISMO E MEIO AMBIENTE. CONTESTAÇÃO EM AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO INCIDENTAL DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. INSTALAÇÃO DE MINERADORA EM LOCAL DESIGNADO PELA LEI MUNICIPAL COMO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

À 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE INDAIAL/SC

Bárbara Roedel Berri	231
1 Síntese da exordial.....	231
MATÉRIA DE FUNDO	232
2 Da não configuração de inconstitucionalidade formal na legislação municipal – competência municipal para legislar em matéria de interesse local	232
3 Da não configuração de inconstitucionalidade material na lei municipal – colidência de interesses à ponderação: direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.....	235
SOBRE OS AUTORES	239